

AGORA ISTO PODE ACABAR

Das dez mil empresas do País que usam madeira como insumo ou matéria-prima, apenas 280 estão cumprindo a lei que protege as florestas. Mas o Ibama promete maior rigor na fiscalização e já mandou fechar 20 siderúrgicas. **Reportagem de Valdir Sanches.**

"Sem uma postura firme, não se pratica uma política ambiental no país". Tânia Munhoz, a presidente interina do Ibama — Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, disse isso ontem, em Belo Horizonte, e deu prova: mandou fechar 20 siderúrgicas de ferro-gusa, de Minas Gerais, que usam carvão vegetal e não cumprem as exigências do Plano Integrado Floresta-Indústria, o Pifi. E ontem mesmo anunciou que começará "imediatamente" o levantamento de irregularidades na área cortada pelos trilhos de Carajás, no Pará e Maranhão, onde siderúrgicas fabricantes de ferro-gusa estão usando carvão feito da floresta amazônica. "As que não estiverem cumprindo a lei serão fechadas", disse Tânia ao JT.

Das cerca de 10 mil empresas do País que usam madeira como insumo ou matéria-prima, apenas em torno de 1.400 apresentaram seus Pifis ao Ibama, desde abril do ano passado. E destes, só 280 foram aprovados (em Minas, ontem, os Pifis de 74 siderúrgicas foram aprovados, mas com alguns condicionantes; e 20, como se viu, vetados). As empresas que usam carvão vegetal, como as de Minas e da área de Carajás, têm que ter 50% de seu consumo vindo de reflorestamento próprio. E, até

1996, precisarão apresentar 100% de autosuficiência.

Na área ao longo dos trilhos que levam o minério de ferro de Carajás a São Luís, por 890 quilômetros, há apenas quatro siderúrgicas instaladas. Mas já outras estão se instalando — e no total estão aprovadas 17. O problema, aqui, é muito sério: ao contrário de Minas Gerais, que já está ocupada e devastada (o carvão vegetal chega a vir de até 1.200 quilômetros de distância), os trilhos de Carajás cortam área de floresta. Apesar disso, até hoje nenhuma das quatro siderúrgicas já em operação — duas em Marabá, no Pará, e duas em Açailândia, no Maranhão — tiveram seus Pifis aprovados.

"Não se pode usar a madeira como matéria-prima a custo zero", diz Tânia Munhoz. O carvão obtido da floresta, com efeito, é de três a cinco vezes mais barato do que o produzido por reflorestamento — e fácil de se obter. Em Marabá, por exemplo, a produção de carvão teve que ser proibida na área urbana da cidade, tal a quantidade fabricada nos **rabos quentes** — rústicos fornos de barro — e a fumaça que provocavam. Mas na área rural, a derrubada da floresta para queimar madeiras como o ipê, nos fornos de barro, é corriqueira. Até mesmo pequenos lavradores deixam de plantar para produzir carvão.

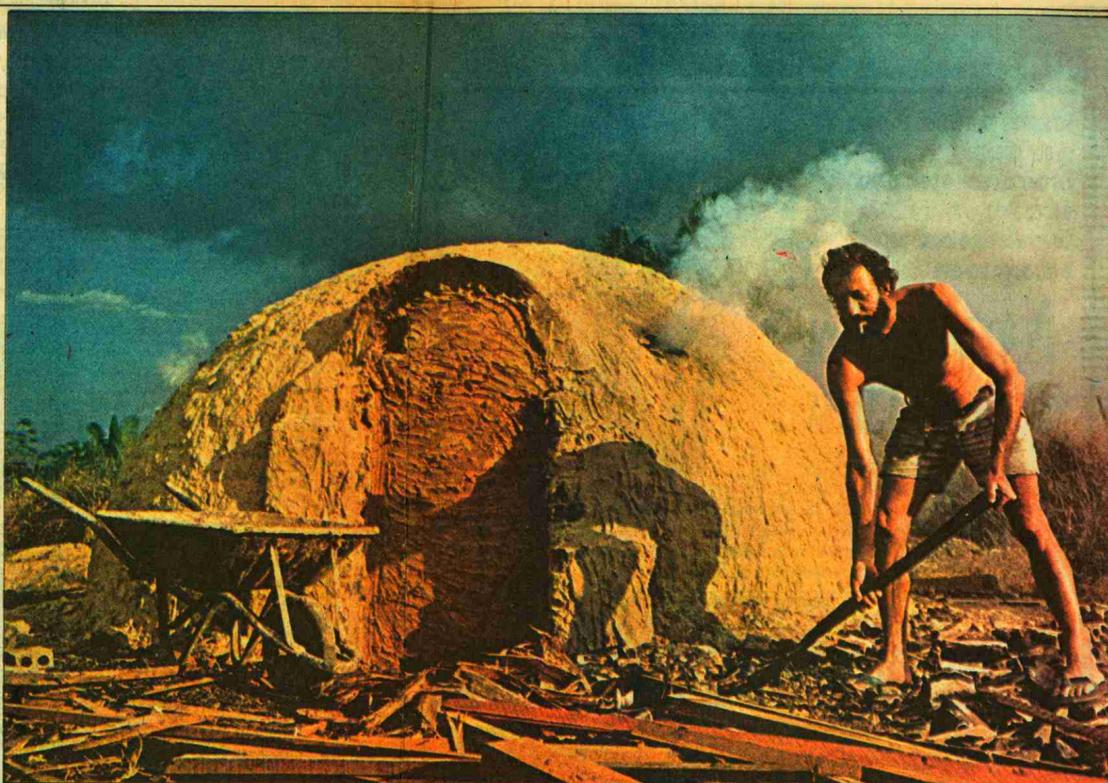


Foto: Mônica Zanetti/ABE



A fumaça que sai dos fornos de barro indica que mais madeira virgem está sendo queimada para virar carvão. Na área rural, a derrubada da mata para esse fim é corriqueira. Até mesmo pequenos lavradores deixam de plantar para produzir carvão. Para as empresas, é mais barato o carvão obtido da floresta do que o produzido por reflorestamento. Na região de Carajás há 17 projetos para novas siderúrgicas.

Nos últimos anos, especialistas de várias entidades têm levantado dados assustadores sobre as perspectivas de destruição da floresta, se as 19 siderúrgicas se instalarem. Um deles avalia que a madeira disponível para carvão

nos 24,9 milhões de hectares da área de influência da ferrovia de Carajás dá para produzir 1,18 bilhão de metros cúbicos do produto. O que seria consumido em menos de 50 anos.

A presidente do Ibama diz

que a Companhia Vale do Rio Doce, que administra Carajás, vem estudando alternativas energéticas para as siderúrgicas de ferro-gusa da área da ferrovia. E que o Banco Mundial está patrocinando um estudo semelhante, em-

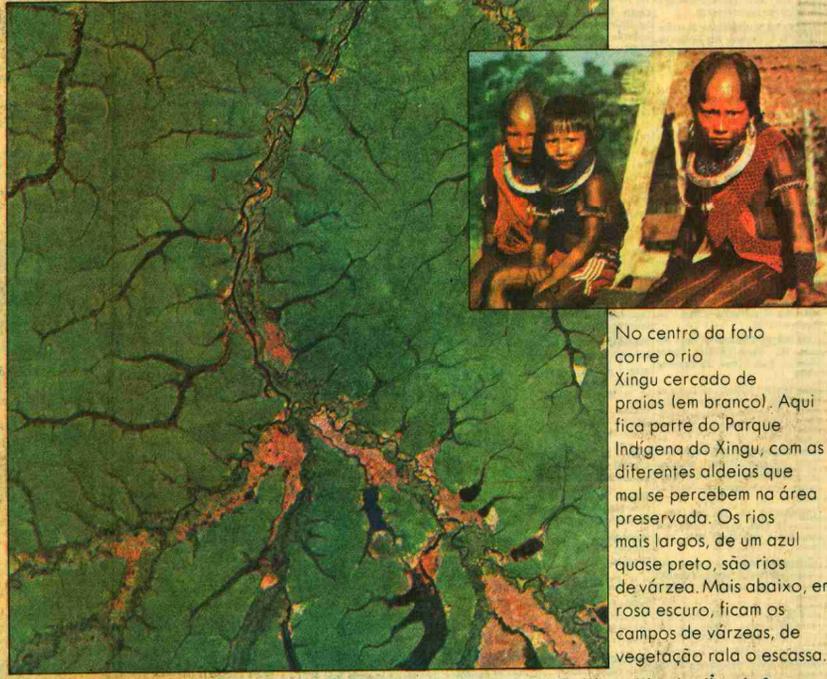
bora ainda "recém começado". Uma boa possibilidade seria o uso de carvão mineral (não vegetal), nos altos-fornos das siderúrgicas. Mas as empresas alegam que o preço deste combustível é muito alto.

A AMAZÔNIA DESVENDADA POR UM SATÉLITE

Reunidas em livro, chegam ao mercado as imagens obtidas pelo Landsat 5 mostrando o que está acontecendo na última grande região selvagem do planeta.



A exploração sistemática de madeira, sem replantio, muda o padrão de cores da mata. É o que se vê às margens dos lagos Manaquiri e Janauacá, ao sul de Manaus. A alteração das matas resulta num verde mais claro, e as pequenas clareiras de desbaste em pontos rosa. As trilhas abertas na mata para retirada dos troncos abrem caminho para incêndios.



No centro da foto corre o rio Xingu cercado de praias (em branco). Aqui fica parte do Parque Indígena do Xingu, com as diferentes aldeias que mal se percebem na área preservada. Os rios mais largos, de um azul quase preto, são rios de várzea. Mais abaixo, em campos de várzeas, de vegetação rala o escasso.

De seu posto de observação privilegiado — a órbita terrestre, a 710 quilômetros de altitude — o satélite Landsat 5 registra e transmite tudo o que está acontecendo no solo brasileiro. Aqui, o Inpe — Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — recebe e grava os sinais do satélite e oferece as gravações para 25 laboratórios de sensoriamento remoto de órgãos do governo e universidades do País. Com essa conquista tecnológica — as fotos do satélite, interpretadas — não há nenhuma razão para que o Brasil não faça, agora, o que nunca fez antes: promover a ocupação racional de seu solo, com o mínimo possível de impacto ambiental. É e isto que a jornalista Liana John, repórter especial de ambiente da

Agência Estado, busca demonstrar com seu livro **Olhos de Satélite**, publicado pelo Inpe com apoio do Banco Real, e que será lançado pelo Itamaraty, no dia 31. A proposta formal do livro é simplesmente mostrar como o satélite age. "O Inpe resolveu publicar o livro em vista da dificuldade de mostrar para o público leigo o que o satélite é", diz Liana. "O que ele pode ver, como ajuda na fiscalização, no planejamento da parte ambiental, etc..." Uma parte da culpa pela desinformação

dos leigos, a autora atribui à imprensa. "que nos últimos anos fez crescer a fama do satélite, e nem sempre ofereceu informações corretas sobre o seu funcionamento". Mas foi um método de clareza jornalística que Liana John escolheu na edição das fotos — de grande beleza plástica, mas interesse estritamente científico — do Landsat 5. Ao lado de cada foto do satélite, encontra-se a foto de um detalhe do que o satélite registrou, "como se fosse um zoom.

Na verdade — como explica o livro — as fotos mandadas pelo satélite são em preto e branco. "Como qualquer satélite de sensoriamento remoto, o Landsat 5 grava a luz (energia) refletida pela superfície terrestre. As nuances de tonalidade desta luz refletida são registradas como diferentes níveis de cinza. Através de programas especiais de computador, os diferentes tons de cinza podem ser coloridos, de forma que evidenciem os objetos de estudo: são as imagens de falsa cor."

Mas há também detalhes de forma: os cerrados têm forma naturalmente irregular, enquanto as áreas abertas pelos homens, como fazendas, têm sempre forma poligonal. "É ponderando todas essas diferenças, e com ajuda de cálculos e programas especiais de computadores, que tais imagens são interpretadas por especialistas. E, devidamente interpretadas, contribuem para o monitoramento das transformações ambientais, atividades agrícolas, mineração e planejamento governamental."

E até para evitar conflitos sociais: "No Acre, as fotos do satélite podem orientar a abertura de uma estrada que servirá a fazendas, passando seu traçado longe das áreas de seringa", diz Liana.